

Ata da 6ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em dezoito de fevereiro de 2014, com início às quatorze horas e trinta e oito minutos. Sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, secretariada pelo vereador **GUGU BUENO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Sílvio José Gonçalves, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulino Pereira da Luz, Pedro Martendal, Marcos Rios, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o Senhor Presidente deu por aberta a sessão; ao tempo em que solicitou ao senhor Secretário que efetuasse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa, que por sua vez pediu ao Segundo Secretário que prontamente anuiu. **PEQUENO EXPEDIENTE-** Ofício nº 005/2014 do vereador Robertinho Magalhães comunicando sua ausência na presente sessão. Ofício nº 001/2014 do gabinete do vereador Jorge Menegatti informando que estará ausente nas sessões ordinárias que serão realizadas nos dias 24 e 25 de fevereiro. Emenda 1 de 2014 ao Projeto de Lei nº 220/2013. Projeto de Lei Complementar nº 1 de 2014 ao Projeto de Lei nº 12/2014. Projeto de Lei nº 12/2014. Parecer favorável nº 39 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 233/2013. Parecer favorável nº 40 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 234/2013. Parecer favorável nº 41 da Comissão de Trabalho e Legislação Social ao Projeto de Lei nº 233/2013. Parecer favorável nº 42 da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo ao Projeto de Lei nº 06/2014. Parecer favorável nº 43 da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo ao Projeto de Lei nº 01/2014. Parecer favorável nº 44 da Comissão de Justiça e Redação a Emenda 1 ao Projeto de Lei nº 220/2013. Parecer favorável nº 45 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento a Emenda 1 ao Projeto de Lei nº 220/2013. Parecer contrário nº 46 da Comissão de Saúde e Assistência Social a Emenda 1 ao Projeto de Lei nº 220/2013. Requerimentos nº 9 à nº 23/2014. Indicação nº 50 à nº 77/2014. Ofício nº 0048/Sr Oeste do DER, em resposta ao Requerimento nº 389/2013. Protestando por questão de ordem, o vereador Gugu Bueno, advertiu que em não sendo possível a livre manifestação dos 21 vereadores desta Casa de Leis pleitearia o esvaziamento do plenário. Ato contínuo, o Presidente lembrou que as manifestações já demonstravam os interesses distintos, pontuando que o Regimento Interno assegura segurança absoluta no plenário e, admoestando a plateia para que observasse silêncio no recinto. Determinou que os cartazes fossem dispostos nas laterais ou atrás, a fim de não obstar a visão dos presentes. Inscritos para falar no grande expediente os vereadores: Paulino Pereira da Luz, Jaime Vasatta, Pedro Martendal, Sílvio Gonçalves, Luiz Frare e Marcio Pacheco. Finda a leitura da matéria de expediente o Senhor Presidente deixou a palavra livre aos senhores Vereadores para **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA** - quando não houve qualquer solicitação, neste sentido. **ORDEM DO DIA** - Em discussão e votação a ata da 4ª sessão ordinária, realizada no dia 11 de fevereiro de 2014, esta foi aprovada pela totalidade dos vereadores presentes. Etribado no artigo 120, inciso IX do Regimento Interno, o Presidente propugnou pela deliberação em primeiro da Moção nº1/2014, que foi aprovada pela unanimidade dos senhores vereadores presentes. Em única discussão e votação a Moção nº 1/2014, usou da palavra o vereador Marcio Pacheco. O vereador Marcio Pacheco expôs a legitimidade do pleito e solicitou a sua aprovação unânime, mencionando a luta dos candidatos aprovados no concurso público para os quadros da

Polícia Civil do Paraná, relativo à 2010/2013 e a urgência destas nomeações. O vereador Rui Capelão, manifestou a vontade de subscrever a moção; hipotecando o seu total apoio a causa, inclusive intercedendo junto aos deputados do seu partido para a concretização do ato. Em única votação, a Moção nº 1/2014 foi aprovada pela totalidade dos vereadores presentes. Na sequência, em discussão o parecer contrário da Comissão de Saúde e Assistência Social ao Projeto de Lei nº 220/2013, usou da palavra o vereador João Paulo. O vereador João Paulo esclareceu que o parecer em tela era favorável e não contrário, em conformidade com o entendimento dos três membros da mencionada Comissão. Destarte, o Presidente propôs a derrubada simbólica do parecer, o que foi aprovado pela totalidade dos vereadores presentes. Em única discussão, a Emenda 01 ao Projeto de Lei nº 220/2013 usou da palavra o vereador Gugu Bueno, afirmando não ser possível deixar de regulamentar a comercialização de animais. Ressaltou a importância do alvará de funcionamento, do cadastro na vigilância sanitária e do médico veterinário responsável e, solicitou voto contrário à referida emenda. Em uso da palavra, o vereador Rui Capelão destacou a importância da participação popular, defendendo a existência de dois projetos, um para os criadores e outro para as ONG's, separando os valores de ordem econômica do sentimental e, pediu coerência na votação. Protestando por questão de ordem, o vereador Gugu Bueno solicitou que as manifestações fossem contidas, de sorte que o Presidente advertiu a plateia para observância de respeito na escuta dos debates. Em uso da palavra, o vereador Luiz Frare defendeu a supressão do capítulo II do Projeto de Lei nº 220/2013, bem como, a discussão mais aprofundada sobre o Centro de Zoonose. Frisou que o projeto se mostrava omissos em diversos aspectos, a saber: o estabelecimento do tamanho da baia, a quantidade de animal por metro quadrado, a delimitação do número de crias por ano, além de não fazer menção às Leis internacionais e ao SIF. Destacou a importância de lei abrangente, contemplando benefícios e responsabilidades; pois do contrário quem pagaria a conta seria toda sociedade. Reconheceu a legitimidade dos criadores de animais e das ONG's para reivindicar, adiantando o compromisso de debater melhor a questão dentro do prazo de 30 dias. Protestando por questão de ordem, o vereador Jorge Menegatti apontou para existência de ânimos exaltados. O Presidente admoestou a plateia, de que da próxima vez suspenderia a sessão. No uso da palavra, o vereador Jorge Menegatti defendeu a criação do Centro de Zoonose e de leis para os criadores e para as ONG's. Apontou as dificuldades financeiras, que incidiria sobre a Prefeitura, caso optasse por colocar em prática todos os projetos sobre o assunto. Adiantou que votaria o projeto na íntegra mantendo o mesmo voto da sessão anterior. Em uso da palavra, o vereador Paulino lembrou que se houvesse um centro de zoonose, não haveria lugar para a presente discussão. Defendeu a necessidade de criar estrutura para retirar os animais da rua, notadamente pelos reflexos que acarreta a saúde da população; propugnando pela necessidade de um projeto próprio para os criadores e de outro para o Centro de zoonose. Em uso da palavra, o vereador Nei Haveroth expressou o seu respeito pelas opiniões diversas, mas destacou que a essência do projeto objetivava o cuidado com os animais e o fornecimento de seu trato adequado, sem olvidar da questão da saúde pública. Lembrou a responsabilidade com toda sociedade cascavelense e não, com um ou outro setor, sendo elaborado, após a escuta dos segmentos envolvidos. Em aparte, o vereador Gugu Bueno informou que no ano passado, houve 1.132 casos de ataque de animais, conforme dados da Vigilância Sanitária e reiterou que nada obstaria que o Projeto de Lei em comento, sofresse

alteração num futuro próximo, conforme bem expôs o vereador Nei Haveroth. Em uso da palavra, o vereador Marcio Pacheco frisou que a construção de um projeto se processava por consenso, destacando as inúmeras reuniões havidas para esta elaboração. Reiterou o compromisso de trabalhar em prol da causa animal e, classificou a emenda em discussão de mau gosto, por suprimir metade do projeto; conclamando todos os demais pares a votarem contrários a sua aprovação. Em votação nominal, a Emenda 1 ao Projeto de Lei nº 220/2013, a mesma foi rejeitada por 10 votos contrários e 09 votos favoráveis. Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Fernando Winter, Jeovane Machado, Luiz Frare, Paulo Dileto Bebber, Pedro Martendal, Marcos Rios, Romulo Quintino e Vanderlei A. da Silva; e contrários os vereadores: Claudio Gaiteiro, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Sílvio José Gonçalves, Jorge Menegatti, Nei Hamilton Haveroth, Paulino Pereira da Luz, Rui Capelão e Walmir Severgnini. O Presidente suspendeu a sessão por dez minutos, para que os ânimos se acalmassem. Na retomada da sessão, o Presidente determinou ao Secretário que efetuasse nova chamada dos senhores vereadores, estando presentes os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Sílvio José Gonçalves, Jorge Menegatti, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulino Pereira da Luz, Pedro Martendal, Marcos Rios, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. Em 2ª discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 220/2013 foi aprovado por 18 votos favoráveis e 01 voto contrário. Foram favoráveis: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Sílvio José Gonçalves, Jorge Menegatti, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulino Pereira da Luz, Pedro Martendal, Marcos Rios, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini; e contrário apenas o vereador: Luiz Frare. Na sequência, o Presidente agradeceu a Polícia Militar, na pessoa do Capitão Cícero que se encontrava presente para resguardar a ordem; ao tempo que mencionou a necessidade de reforçar o contingente da Câmara, em face do número diminuto de servidores. Em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 222/2013 foi aprovado pela totalidade dos vereadores presentes. Em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº 232/2013, foi igualmente aprovado pela totalidade dos vereadores presentes. No prosseguimento, o Presidente consultou aos senhores vereadores quanto ao consenso na aprovação de todos os requerimentos, quando o vereador Gugu Bueno aventou a necessidade de discutir os requerimentos de nº 09, 10, 19, 20, 22 e nº 23. No que tange aos requerimentos de nº 11, nº 12, nº 13, nº 14, nº 15, nº 16, nº 18 e nº 21 estes após a leitura, foram devidamente aprovados pelos vereadores presentes. Em discussão os requerimentos nº 09, 10, 19, 20, 22 e 23 de autoria do vereador Sílvio, usou da palavra o proponente. Explicou que nos Requerimentos de nº 09 e nº 10 solicitava o projeto de execução do asfalto, para averiguar à camada e espessura do mesmo, no bairro Colméia e Conjunto Sanga Funda, respectivamente, haja vista a reclamação da população. Quanto ao requerimento nº 19, pleiteava o levantamento quanto a existência ou não de projeto, para construção da capela mortuária no distrito de Juvinópolis. Mencionou que no requerimento nº 20, buscava conhecer os projetos de habitação para os distritos, haja vista o déficit habitacional constatado em reunião realizada, notadamente no distrito de Juvinópolis. No requerimento nº 22/2014 protestou por iluminação pública e ciclovia em Juvinópolis, questionando a existência de projetos, neste particular. Pontuou que o requerimento nº 23/2014, dizia respeito ao transporte

coletivo urbano para Juvinópolis, Rio do Salto, São Salvador, São Brás, São Roque, além de outras comunidades que não estavam sendo contempladas com esta modalidade, ficando adstritas ao uso de transporte metropolitano, com custo de R\$ 4,20. Destacou que todas estas reivindicações não apresentavam caráter pessoal, mas sim de todas as comunidades envolvidas, pelo que solicitou voto favorável. Em aparte, o vereador Jorge Menegatti parabenizou o vereador Sílvia pela elaboração dos requerimentos, e em especial pelo que solicitava informação sobre a pavimentação asfáltica no Conjunto Habitacional Sanga Funda, notadamente em face da afirmativa de que o asfalto nem fora pago e já estava deteriorado, destacando ser fundamental a sua aprovação. O vereador Jorge Menegatti, destacou que se não fosse aprovado, a própria Comissão de Viação e Obras Públicas iria in loco, para averiguar o problema. No uso da palavra, o vereador Gugu Bueno encaminhou voto contrário aos requerimentos nº 09, 10, 19, 20, 22 e 23. No uso da palavra, o vereador Rui Capelão defendeu a pertinência de todas as reivindicações do vereador Sílvia, notadamente por tratar-se de fiscalização e informação. Destacou que no seu entendimento o voto contrário, representava cerceamento ao desempenho do papel do vereador. Em aparte, o vereador Paulino explicou o direito legítimo do vereador de fiscalizar; destacando ser imprescindível a informação. Em votação nominal o requerimento nº 09 foi rejeitado por 12 votos contrários e 07 favoráveis. Foram contrários: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Beber, Pedro Martendal, Marcos Rios, Romulo Quintino; e favorável: João Paulo de Lima, Sílvia José Gonçalves, Jorge Menegatti, Paulino Pereira da Luz, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Waldir Severgnini. O Presidente consultou aos nobres pares se persistia o entendimento com referência aos requerimentos nº 10, 19, 20, 22 e 23, e em face do consenso, todos foram igualmente rejeitados, por 12 votos contrários e 07 favoráveis. Finda à ordem do dia o senhor Presidente abriu a palavra para pronunciamento de interesse público, sendo a primeira inscrição a do vereador Paulino. O vereador Paulino solicitou a projeção de mensagens e fotos sobre a UPA, alertando para a precariedade na enfermaria, na farmácia, no pré-atendimento, no refeitório, protestando sobretudo por se tratar da saúde de crianças. Informou a realização de visitas nas unidades de saúde, quando constatou que a precariedade é uma realidade. Pleiteou a construção de Hospital por parte do município, em caráter de urgência. Em aparte, o vereador João Paulo parabenizou-o pela visita realizada na UPA e destacou que a CPI da Saúde também, constatou precariedade, mas garantiu que será feita a reforma e pediu paciência até que seja feito os reajustes necessários. Na sequência, os vereadores Jaime Vasatta e Romulo Quintino, abriram mão da palavra. Na condição de próximo inscrito, o vereador Sílvia protestou contra a má administração na educação pública por parte do governo estadual e, ao fato desta ser imputada aos professores. Mencionou que os recursos são alocados quando os projetos são apresentados e, destacou que o governo federal, não faz qualquer distinção, neste sentido. Mencionou a importância da responsabilidade de cada qual, enaltecendo diversos programas desenvolvidos pelo governo federal, a exemplo: FIES, e outros. Em uso da palavra, o vereador Luiz Frare, destacou que em se tratando de saúde e educação é um acinte a comparação com o governo anterior. Louvou o Programa Minha Casa Minha Vida, mas destacou o grau de endividamento, mencionando inclusive o acordo de Basiléia e a busca de disciplinar o sistema bancário, alertando quanto aos riscos existentes. Demonstrou preocupação com as operações de fundo perdido,

lembrando que serão forçosamente absorvidas e honradas pelo povo brasileiro. Questionou os índices de desemprego do Brasil e ausência de parâmetros confiáveis. Aludiu ainda, a Petrobrás, mencionando a sua pretensa autossuficiência e a interferência no preço dos combustíveis, de forma artificial. Em aparte, o vereador Pedro Martendal externou a sua discordância dos dados apontados pelo vereador Sílvio, expressando sua preocupação quando cerrada as urnas e ao fato de que o BNDES tem sido utilizado para empréstimos estrangeiros contrariando a sua finalidade que é a de alavancar o desenvolvimento nacional. Em aparte, o vereador Claudio Gaiteiro parabenizou o vereador Luiz Frare pelo pronunciamento, e convidou todos para audiência pública de prestação de contas do Executivo e Legislativo Municipal. Na sequência o vereador Marcio Pacheco abriu mão do pronunciamento. O Presidente retificou a informação prestada pelo vereador Claudio Gaiteiro, frisando que a prestação de contas seria exclusivamente das contas do Executivo Municipal, esclarecendo que a do Poder Legislativo, a data seria alvo de publicação no dia seguinte. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi lavrada por mim, Marina Rodrigues Toledo, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

MARCIO PACHECO
Presidente

GUGU BUENO
1º Secretário